



## **Pesquisa-ação em políticas públicas de mercados institucionais em dois municípios da Chapada dos Veadeiros**

*Action-research in public policies of institutional markets in two municipalities of Chapada dos Veadeiros*

PRADO, Laura <sup>1</sup>; GOIS, Ana Vitória <sup>2</sup>; CANAVESI, Flaviane <sup>3</sup>

<sup>1</sup> UnB, [lauraaprado13@gmail.com](mailto:lauraaprado13@gmail.com); <sup>2</sup> UnB, [ana.vitoria.remigio.gois@gmail.com](mailto:ana.vitoria.remigio.gois@gmail.com); <sup>3</sup> UnB, [canavesi.flaviane@gmail.com](mailto:canavesi.flaviane@gmail.com)

### **RESUMO EXPANDIDO**

#### **Eixo Temático: Políticas públicas e Agroecologia**

**Resumo:** A pesquisa tem como objetivo compreender os processos de circulação de ideias, atores sociais e políticas públicas em programas de compra de alimentos da agricultura familiar além de, conhecer, sistematizar e discutir experiências em áreas subnacionais locais em políticas ou programas de compra de alimentos da agricultura familiar; identificar, na perspectiva da ação pública, a atuação de agentes de políticas públicas municipais e principais interlocuções e verificar interfaces do programa com outros setores do governo. Utiliza metodologias de pesquisa e análise quanti e qualitativa com dados secundários e primários gerados por levantamentos e entrevistas em campo. A pesquisa observou problemas como a falta de capacitação para a realização de chamadas públicas, a logística de entrega de produtos e a necessidade de uma ação mais efetiva do Estado, mostrando-se, contudo, evidências de instrumentos de promoção da segurança alimentar e nutricional.

**Palavras-chave:** segurança alimentar e nutricional; Pnae; agricultura familiar; são joão d'aliança; alto paraíso de goiás.

#### **Introdução**

A criação de políticas públicas federais, que atuam na promoção da agricultura familiar, iniciam em 1996 como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), logo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de 2003 e, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), política de 1954, sendo uns dos mais antigos programas em execução, que estabelece a compra mínima da agricultura familiar a partir de 2009. A pesquisa buscou sistematizar ações ocorridas a partir de 2016 nos mercados institucionais locais, considerando o período de diminuição de investimentos.

Foi desenvolvida no âmbito da Ação Ride SAN DF+, um projeto que visa fortalecer uma rede de ação, extensão, incidência política e inovação nos municípios a partir da Universidade de Brasília e atua no sentido de potencializar a participação de atores sociais chave, no nível local, para identificação de problemas e de ações conjuntas de capacitação e ação em rede.

Os municípios escolhidos para a pesquisa atendem a dois critérios de relevância, primeiro avaliar sua peculiaridade estando inseridos em uma estratégia



de planejamento regional, A RIDE, Região Integrada de Desenvolvimento, que é uma iniciativa constituída no nível subnacional, que conta com municípios do Distrito Federal, Minas Gerais e Goiás, para criação e planejamento de políticas públicas.

Outro critério diz respeito a área da Chapada dos Veadeiros em Goiás, onde localizam-se os municípios. Ambos estão no nordeste do estado de Goiás e, desde 2001, na Área de Proteção Ambiental - APA de Pouso Alto. Com área de 21.337,612 km<sup>2</sup>, a Microrregião da Chapada dos Veadeiros está localizada dentro dos limites do bioma Cerrado, com 2.036,448 km<sup>2</sup>, onde se encontra a Reserva da Biosfera Cerrado, com área de 296.500 km<sup>2</sup>, que compreende o Distrito Federal e os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí. A microrregião é cortada também pela APA Pouso Alto, com área de 872.000 ha e pelo Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, com 240.000 ha (FRANÇA e MARTINS, 2020) conhecido pela biodiversidade de espécies e centenas de nascentes e cursos d'água. A partir disso, esta pesquisa atua nos municípios de Alto Paraíso de Goiás e São João d'Aliança na Chapada dos Veadeiros. O projeto entre Universidade e sociedade citada, o RIDE SAN DF + trata da região administrativa de abrangência, da segurança alimentar e nutricional, e reúne temáticas da Agroecologia e de políticas públicas de mercados institucionais, foco de pesquisa-ação.

O objetivo é compreender os processos de circulação de ideias, atores sociais e políticas públicas ao longo da concepção, discussão e execução de programas de compra de alimentos da agricultura familiar nos municípios estudados. Além disso, são objetivos específicos: conhecer, sistematizar e discutir experiências em áreas subnacionais locais em políticas ou programas de compra de alimentos da agricultura familiar; identificar, na perspectiva da ação pública, a atuação de agentes de políticas públicas municipais e principais interlocuções além de verificar interfaces do programa com outros setores do governo.

## **Metodologia**

Utilizou-se ferramentas de pesquisa e análise qualitativa, por meio de levantamento documental sobre regulamentos, leis, portarias, revisão de literatura, e trabalho de campo com a execução de entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados nutricionistas, responsáveis técnicos, representantes do legislativo, secretários de agricultura, presidente de cooperativa regional e técnicos extensionistas.

A metodologia foi desenhada para possibilitar aproximação e entendimento de como funciona o trabalho dos personagens envolvidos no processo, em que, de um lado, existe a oferta da agricultura familiar, para levantar principais produtos, época de colheita, como se organiza, quais são os principais problemas, quanto disponibiliza de produção, até quanto conseguem produzir e quantificar, e, de outro lado, coletar os dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) e das prefeituras municipais, conhecendo as demandas como, número de estudantes. A análise desses dados permite dizer qual é o potencial e o que precisa ser superado na cadeia para fortalecer o mercado institucional além de possibilitar uma troca de experiência e comparação com outras prefeituras da região.



## Resultados e Discussão

A execução de políticas de compras institucionais requer, no nível local, adaptações e mudanças para que tenha efetividade e, varia de acordo com municípios devido ao seu quadro de pessoal e de habilidades para cada setor, além das prioridades que nem sempre são voltadas para a agricultura familiar ou para o abastecimento alimentar baseado na valorização da produção local.

A pesquisa observou problemas como a falta de capacitação de gestores para a realização de chamadas públicas, o que exige das cooperativas da agricultura familiar uma maior atuação junto às prefeituras para que o lançamento de tais chamadas seja feito em momento oportuno, considerando os ciclos agrícolas e os tempos burocráticos de contratação; fatores como a logística de entrega de produtos são apresentadas como elemento limitador. As adaptações realizadas por ocasião do isolamento social no período de pandemia da Covid 19, mostrou potencial de melhoria da comunicação, utilizando como ferramenta a internet, essa ação é elaborada e executada pelos próprios agricultores buscando melhorias independentes da ação do governo e facilita, por exemplo, na organização da produção e na emissão e envio de notas para prestação de contas dos projetos de vendas.

Nos municípios estudados, as políticas de mercados institucionais (PAA e PNAE) se compõem e incentivam a valorização da produção regional através do consumo de alimentos da agricultura familiar fornecidos pelos próprios agricultores dos municípios, os quais, de acordo com o PNAE devem ter prioridade e vai além dos 30% mínimo estabelecido em Lei, visto que o objetivo dessa alteração no programa é criar uma interface entre a alimentação escolar e a produção local, a fim de abrir espaço em um mercado institucional aos agricultores familiares, tendo como referência o PAA, Programa que desde sua criação se tornou um instrumento de estímulo à produção e a geração de renda das famílias beneficiárias (Valadares et al., 2019; Perin et al., 2021; Cavalcanti, Marjotta-Maistro e Lima, 2021).

Há uma avaliação, por parte de responsáveis pelas compras nas prefeituras, que há uma contribuição positiva para o fortalecimento desses agricultores em que a renda oriunda dessas políticas passa a ser complementar ao que recebem através de outras formas de comercialização como as feiras, as quais também se tornam mais proveitosas porque se tornam mais diversas em consequência do incentivo à produção que essas políticas proporcionam. Observou-se que em ambos os municípios as nutricionistas, responsáveis técnicas, possuem autonomia para montar os cardápios das escolas, onde o conhecimento a respeito da produção local tem importância para fazer uma chamada pública que atenda aos agricultores do município.

Um dos pontos frágeis da execução da política é a ausência de dados atualizados da produção local. Não existem dados suficientes que possam subsidiar o quantitativo das compras. Soma-se a isso a inexistência de instrumentos que poderiam ser utilizados pela extensão rural, como a Emater, para levantamento da produção local. Na ausência de um sistema que pudesse subsidiar este processo foi observado um trabalho empírico autônomo das próprias nutricionistas locais que



costumam ir às feiras e visitar agricultores para terem uma noção a respeito de produção e cotação de preços a fim de montar um cardápio e uma chamada que atenda a região.

Notou-se que o PAA acaba sendo complementar ao PNAE, porque, ao montar os cardápios das escolas, as nutricionistas fazem um arranjo onde os agricultores conseguem participar de ambas as políticas de acordo com a produção de cada um, e assim, além de complementar a renda dos agricultores, também diversificam o cardápio das escolas com alimentos locais oriundos da agricultura familiar. Apesar de ter sofrido muitas alterações e perdido força de atuação durante os últimos anos, como relatado, os agricultores têm maior preferência pelo PAA porque disponibiliza mais recursos e abrange uma lista mais ampla de alimentos e, desta forma, os agricultores familiares conseguem vender produtos que não vendem pelo PNAE.

A necessidade do selo de vigilância sanitária impede os agricultores familiares de venderem produtos como carnes e polpas de frutas, e por isso, a cooperativa da região está atualmente investindo em uma agroindústria para atender essa demanda dos agricultores. Além disso, o PNAE possui em lei os 30% destinados à agricultura familiar, mas nem sempre os municípios conseguem atender à Lei porque acabam disputando também com os produtos alimentícios que vem de outras fontes, o que não ocorre tanto no PAA por conta da operacionalidade da própria política onde a compra é feita geralmente pela modalidade Compra com Doação Simultânea. Outro ponto de relevância é que as políticas incentivam a organização dos próprios agricultores. Em Alto Paraíso de Goiás, os agricultores passaram a se organizar melhor em busca de atender a essas políticas, a cooperativa da região se formou em 2010 e desde então vem se fortalecendo através dessas políticas públicas. No entanto, os agricultores relatam ainda certas dificuldades a respeito das políticas como demora para lançar chamadas públicas, o que pode comprometer a execução do orçamento anual. Observou-se também que as merendeiras e os alunos de ambos os municípios têm uma boa aceitação dos alimentos da agricultura familiar. Existem cursos regulares com as merendeiras para falar a respeito do preparo e cuidado com os alimentos, compartilhamento de receitas e maior aproximação das merendeiras com agricultores responsáveis pela entrega de alimentos em suas respectivas escolas de atuação.

## **Conclusões**

É possível perceber na revisão de literatura e nas entrevistas realizadas a importância que é atribuída às políticas de mercados institucionais para a segurança alimentar, para os processos inovadores e de dinamização econômica local. Nos municípios de Alto Paraíso e São João d'Aliança tanto o PAA quanto o PNAE têm forte aderência entre os agricultores, e através dessas políticas a prefeitura consegue abastecer as escolas com cardápios diversificados constituídos por alimentos que em sua maioria são orgânicos, além de possuírem itens de alimentos nativos do Cerrado, característica que incentiva uma produção mais sustentável.



### Referências bibliográficas

CAVALCANTI, N. T. F.; MARJOTTA-MAISTRO, M. C.; LIMA, L. M. de. Análise de possíveis evidências entre o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e renda, considerando aspectos da comercialização e consumo dos agricultores. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 52, n. 3, p. 133-144, jul.-set. 2021.

FRANÇA, S. F., & MARTINS, E. de S. A dupla face dos polígonos que configuram, ambiental e historicamente, a microrregião da Chapada dos Veadeiros: Proteção dos recursos naturais e a geração de conflitos. **Finisterra**, 55(113), 175–194, 2020.

PERIN, G. et al. A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios. Brasília: **Ipea**, set. 2021. (Texto para Discussão, n. 2691).

VALADARES, A. A. et al. O desempenho recente das políticas de compras públicas da produção da agricultura familiar. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 26, 2019.